

2) Aprovar a proposta de aplicação dos resultados líquidos apresentada pelo conselho de administração, por estar conforme com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

27 de Março de 1998. — O Conselho Fiscal: *Fernando António da Costa Brochado Coelho*, presidente — *José Carlos Moreira da Cunha Barros*, vogal — *António Afonso da Silva Carvalho*, vogal e revisor oficial de contas.

Acta n.º 147 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Maio de 1998, pelas 17 horas na sua sede social, na Rua Soares dos Reis, 96 a 120, em Vila Nova de Gaia, reuniu a assembleia geral anual da sociedade J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., estando presentes ou representados accionistas possuidores de 564 847 acções, correspondentes a 73,52% dos votos correspondentes ao capital social, conforme lista de presenças anexa a esta acta e por eles rubricada.

Presentes também o presidente do conselho de administração, Dr. Joaquim Alberto Correia dos Santos e a vogal do conselho de administração, Dr.ª Isabel Maria Barrosa Soares Correia, bem como o presidente do conselho fiscal, Dr. Fernando António da Costa Brochado Coelho e o vogal Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros.

A mesa foi constituída, tendo-se mantido até final sem alteração, pelo respectivo presidente Dr. Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro, tendo como secretária Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz.

Declarada aberta a sessão, o presidente da mesa procedeu à leitura da ordem de trabalhos, do seguinte teor:

1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 1997;

2.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, relativos ao exercício de 1997;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Entrou-se simultaneamente nos pontos 1.º e 2.º da ordem de trabalhos, conforme sugestão do presidente da mesa da assembleia geral.

O presidente do conselho de administração pronunciou-se sobre vários aspectos do relatório e contas, nomeadamente sobre o facto de 1997 ter sido, para a empresa, um bom ano em termos de resultados. Após análise e discussão, os elementos referidos nos pontos 1.º e 2.º foram postos à votação e aprovados por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Passando ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi lida a proposta contida no relatório do conselho de administração que de seguida se transcreve:

«Tendo em vista um adequado equilíbrio entre a remuneração dos accionistas e o reforço dos capitais próprios da empresa, propomos a atribuição de um dividendo ilíquido por acção de 480\$ e que aos resultados líquidos apurados no exercício, no montante de 499 065 985\$ seja dada a seguinte aplicação:

a) Dividendos: 369 317 760\$;

b) Reservas livres: 129 748 225\$.»

Seguidamente, e ainda relativamente ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi apresentada também pelo conselho de administração a seguinte proposta referente à alteração dos valores constantes da proposta acima transcrita e contida no relatório de gestão: «Dado se terem verificado alterações no número de acções próprias da empresa, alteramos os valores da proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão, para os seguintes:

a) Dividendos: 368 758 560\$;

b) Reservas livres: 130 307 425\$.»

Estas duas propostas foram postas à discussão, e depois de usada a palavra pelo presidente do conselho de administração, foram aprovadas por unanimidade dos votos presentes e expressos. Finalmente entrou-se no ponto 4.º da ordem de trabalhos e passou-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo sido apresentada pela accionista Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz, uma proposta do seguinte teor:

«Após análise dos relatórios do conselho de administração, balanço e contas de 1997, e os pareceres do conselho fiscal, e, cumprindo-nos nos termos da lei proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, proponho que sejam exarados em acta votos de louvor ao conselho de administração pela forma como conduziu a empresa

pelos resultados obtidos e ao conselho fiscal, pela forma zelosa como desempenhou as suas funções, nomeadamente na fiscalização da empresa e no respeito pela lei e pelos estatutos.»

Dado que ninguém mais quis usar da palavra para discutir esta proposta, foi a mesma posta à votação e aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos.

O presidente do conselho de administração informou a assembleia da renúncia dos administradores, Eng. Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo e de Maria Adelaide de Oliveira Barrosa e propôs um voto de louvor aos administradores cessantes, que foi aprovado por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Ainda sobre este assunto e sob proposta do conselho de administração, e após explicações dadas pelos seus membros, foi deliberado por unanimidade dos votos presentes e expressos, ratificar a nomeação por cooptação para o conselho de administração, da Dr.ª Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos, deliberada em reunião de conselho de administração de 20 de Maio de 1998, conforme acta n.º 131.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 19 horas e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral, em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro*, presidente. — *Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz*, secretária.

3000210906

SIBS — SOCIEDADE INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS, S. A.

Relatório n.º 6-M/2008

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 58 588/831028; identificação de pessoa colectiva n.º 501408819; inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 23/20 de Julho de 1994.

Celeste de Jesus Lourenço, segunda-ajudante da 3.ª secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que em 29 de Março de 1994 reuniu a assembleia geral da sociedade com a firma em epígrafe tendo sido discutido e aprovados por unanimidade os documentos relativos à prestação de contas do exercício de 1993, bem como a proposta integral.

Está conforme o original.

Lisboa, 2 de Agosto de 1994. — A Segunda-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.

Relatório e contas de 1993

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

Em Setembro de 1993 perfizeram-se 10 anos de actividade da SIBS durante os quais foi possível criar, instalar e desenvolver um conjunto de serviços e meios que vieram decisivamente contribuir para a automatização de determinadas operações bancárias e para a consolidação da hegemonia dos bancos no sistema de meios de pagamento nacional.

Ao longo do exercício e conforme previsto no plano de actividades, foram desenvolvidas acções nas diversas áreas da actuação da sociedade no sentido de contribuir para a racionalização e eficácia do sistema dos meios de pagamento e consolidação dos serviços Caixa Automático e Pagamento Automático Multibanco e das câmaras de compensação electrónica.

No âmbito da rede partilhada de Caixa Automático Multibanco, foi prosseguida a homogeneização do parque de equipamentos, tendo-se criado condições para um significativo aumento de capacidade e eficácia, para a possibilidade de execução de todas as transacções previstas e para a introdução das funções decorrentes do novo serviço Porta Moedas Multibanco.

A rede de CAs, em 1993, cresceu de 1913 para 2797, tendo o número de operações passado de 97,8 para 127,4 milhões, e o valor dos levantamentos crescido de 772 para 974 milhões de contos. O pagamento de serviços passou de 4 milhões para 5,4 milhões, verificando-se um aumento de cartões bancários válidos no sistema multibanco de 4,2 milhões para 4,8 milhões.

O serviço de pagamento automático continuou a registar uma expansão significativa quer em termos de número de terminais (de 17 000 para 28 000), quer em número de transacções neles realizadas (de 44 milhões para 77 milhões) sendo que, no que diz respeito às transacções de baixo valor nas auto-estradas e na ponte sobre o Tejo, se registou um aumento superior a 90%.

Neste domínio, foram desenvolvidas diversas acções de apoio concertado e continuados os testes reais com o novo meio de comunicação via DOV (Data Over Voice) que confirmaram as suas virtualidades, já divulgadas, prosseguindo-se os contactos com os operadores de telecomunicações no sentido de serem disponibilizados os melhores meios de comunicação a preços cuja razoabilidade seja comumente aceite.

No que concerne aos serviços de telecompensação, verificaram-se significativos desenvolvimentos, quer na área dos sistemas existentes, quer no que respeita à evolução esperada para esta área.

No primeiro caso, merece realce a confirmada tendência para a estabilização e futuro decréscimo dos cheques telecompensados, com uma variação de + 3,9% em número e — 0,4% em valor, face a 1992, bem como o crescimento em 77%, das transferências electrónicas interbancárias, no seu segundo ano de vida.

A evolução verificada nos cheques compensados é tanto mais relevante, quanto é certo que reflecte uma alteração na utilização de instrumentos de pagamento pelos particulares e empresas, com recurso a meios mais eficientes e racionais, nomeadamente os terminais de pagamento automático da rede multibanco.

Em termos da evolução esperada no âmbito dos sistemas de telecompensação, não se pode deixar de referir o início dos trabalhos conducentes à implementação do suporte técnico do sistema de pagamentos de grandes transacções, em colaboração com o Banco de Portugal.

No que respeita às novas actividades sobressai, naturalmente, o projecto Porta Moedas Multibanco (PMB), que durante o exercício de 1993 conheceu diversos desenvolvimentos, tendo-se procedido ao aprofundamento dos condicionamentos técnicos e comerciais e continuado a apoiar o sector industrial português no sentido da produção de diversos equipamentos nacionais que sejam accionados aquando da venda de bens e serviços pelo PMB, no âmbito do apoio que a Comunidade Económica e o Ministério da Indústria propiciam neste sector.

2 — Investimento realizado em 1993

Conforme previsto, concentrou-se no exercício de 1993, um volume de investimentos particularmente vultoso que tiveram por finalidade essencial adequar a capacidade instalada às necessidades decorrentes do crescimento da actividade.

Assim, para além da aquisição de CAs (2 622 000 contos) foram instalados um novo CPU, discos adicionais e controladores de comunicações no valor global de 996 000 contos, o que permitiu enfrentar o enorme crescimento do número de transacções tratadas no sistema. Por outro lado, foi aumentada significativamente a capacidade instalada de produção de energia e de refrigeração que possibilita a instalação de equipamentos mais potentes, aumentando assim a segurança e a capacidade de oferta.

No domínio do projecto Porta Moedas Multibanco foram realizados os investimentos previstos, designadamente, em equipamentos e protótipos no valor de 141 683 178\$ e em I & D, 190 793 671\$. Este projecto beneficia de apoio do Ministério da Indústria através do PEDIP e do PITIE com um subsídio no valor global de 145 782 contos, dos quais 37 500 contos foram recebidos no presente exercício.

Por outro lado, foi possível dotar o parque de produção de cartões bancários de equipamento moderno e mais eficaz (investimentos da ordem de 231 000 contos) melhorando, diversificando e aumentando a capacidade, indo ao encontro das necessidades indicadas pelos bancos clientes.

A SIBS (com 33,(3)%), a Telepac (com 33,(3)%) e a Império (com 33,(3)%) constituíram-se em únicos accionistas, da Tele Larm que tem por objectivo a comercialização do sistema DOV (Data Over Voice), propriedade intelectual da SIBS e da Telepac, junto de comerciantes e prestadores de serviços que requeiram transferências electrónicas de pagamento e que necessitem de segurança lógica contra intrusão e incêndio.

3 — Financiamento da actividade

Como vimos acima, o volume de investimentos realizados atingiu um montante particularmente expressivo. Tais investimentos não podem ser cobertos apenas pelas receitas correntes do exercício nem são suficientes os aumentos de capital que têm sido realizados. Acresce ainda que algumas daquelas receitas tendem a reduzir-se à medida que passam

directamente para os bancos emissores de cartões e de apoio aos CAs. Por outro lado, a taxa de crescimento de proveitos é menor que a taxa de crescimento da actividade durante o exercício findo, tendo havido assim necessidade de maior recurso a crédito, aumentando o peso dos capitais alheios de 36% para 52%.

4 — Proveitos e ganhos

No domínio dos proveitos, continuam a ter peso dominante os oriundos do serviço de CA, que representam 54% do total dos proveitos, tendo-se verificado um aumento de 1992 para 1993 da ordem dos 20%.

No tocante ao sistema de pagamento automático o crescimento das receitas foi significativo (+ 73%) passando o seu peso, nas receitas totais, de 15% para quase 20%, de 1992 para 1993.

5 — Custos e perdas

Os custos registados acompanharam menos que proporcionalmente o crescimento da actividade mas, mesmo assim, experimentaram um crescimento ligeiramente superior aos proveitos sobretudo na rubrica de fornecimentos e serviços externos que incluem, em particular, os custos de comunicações e de manutenção, quer do parque de CAs quer dos equipamentos e *software* centrais.

A contribuição para o Fundo de Pensões SIBS, durante o exercício de 1993 foi de 171 000 contos correspondente a 24,7% da folha de salários de 31 de Dezembro de 1993, sendo 21,3% para responsabilidades com serviços futuros e 3,4% para amortização das responsabilidades com serviços passados não amortizados e referentes aos activos no final de 1993.

No domínio das amortizações o crescimento verificado foi de 34% tendo-se utilizado as taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, as quais não diferem da vida útil estimada dos activos.

6 — Proposta de aplicação de resultados

Na sequência dos factos anteriormente mencionados, o resultado bruto do exercício é de 308 205 511\$60, pelo que, abatendo o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas no montante de 160 353 359\$, resulta o lucro líquido do exercício de 147 852 152\$60, propondo-se que, tendo em conta a especificidade da empresa e os objectivos que lhes estão subjacentes, seja transferido para reserva legal a importância de 7 392 608\$ e o remanescente de 140 459 544\$60 para reservas livres.

7 — Situação institucional

Decorrente das deliberações tomadas em assembleia geral de 26 de Abril de 1993, tornou-se accionista da SIBS o Banque Nationale de Paris e procedeu-se a um aumento de capital social para 4 600 000 000 contos, por incorporação de reservas de 507 732 000\$ e 286 140 000\$ por entrada em dinheiro, tendo-se realizado a respectiva escritura pública em 23 de Dezembro de 1993.

8 — Considerações finais

Em Fevereiro de 1993, por razões de ordem institucional o Dr. José Eduardo Lopes Palma apresentou a renúncia ao cargo de administrador da SIBS, em nome próprio e em representação do CPP, cargo que desempenhou ao longo de vários anos e cuja valiosa contribuição para o desenvolvimento dos negócios da sociedade nos cabe aqui realçar.

Aos conselhos de administração dos bancos accionistas e clientes, agradecemos toda a colaboração prestada ao longo do exercício, bem como a disponibilidade dos seus quadros técnicos para o acompanhamento das actividades desenvolvidas.

Ao conselho fiscal apresentamos os nossos agradecimentos pela forma qualificada e empenhada como acompanhou o desenrolar das actividades da empresa.

À direcção e demais pessoal realçamos o elevado grau de desempenho, de eficiência e dedicação como souberam desenvolver as acções levadas a cabo no âmbito da empresa.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1994. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Balço analítico em 31 de Dezembro de 1993

ACTIVO

	1993			Exercício anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	33 785 707,0	29 531 710,0	4 253 997,0	13 070 859,0
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	272 028 806,0	96 851 702,5	175 175 103,5	32 701 814,5
Imobilizações em curso.....	—	—	—	59 602 740,0
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	2 725 000,0	—	2 725 000,0	—
	308 537 513,0	126 383 412,5	182 154 100,5	405 375 413,5
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	330 982 010,0	—	330 982 010,0	330 982 010,0
Edifícios e outras construções.....	678 133 824,1	113 999 945,0	564 133 679,1	577 696 354,1
Equipamento básico.....	13 383 089 011,2	8 239 136 516,0	5 143 862 485,2	3 427 927 394,7
Equipamento de transporte.....	18 931 280,0	10 333 553,0	6 597 727,0	10 754 281,0
Ferramentas e utensílios.....	4 185 242,5	3 171 574,0	993 668,5	1 508 802,5
Equipamento administrativo.....	121 468 796,7	69 248 765,8	52 220 030,8	45 611 557,9
Outras imobilizações corpóreas.....	180 030 202,5	43 332 222,0	116 697 980,5	47 088 667,5
Imobilizações em curso.....	767 235 757,0	—	767 235 757,0	75 494 661,5
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	540 919 384,5	—	540 919 384,5	342 278 410,0
	16 002 963 308,5	8 479 220 575,8	7 523 742 732,7	4 859 342 139,2
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas.....	30 832 853,0	—	30 832 853,0	—
Títulos e outras aplicações financeiras.....	208 174 622,0	—	209 174 622,0	209 174 622,0
	240 007 475,0	—	240 007 475,0	209 174 622,0
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	152 500,0	—	152 500,0	152 500,0
Mercadorias.....	79 962 024,1	—	79 962 024,1	63 980 842,1
Adiantamentos por conta de compras.....	—	—	—	22 581 442,0
	80 114 524,1	—	80 114 524,1	86 714 784,1
Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes c/c.....	1 688 816 278,1	—	1 688 816 278,1	1 432 950 860,3
Clientes — Títulos a receber.....	3 500 000,0	—	3 500 000,0	—
Clientes de cobrança duvidosa.....	2 352 841,0	2 265 074,0	87 767,0	185 631,0
Adiantamentos a fornecedores.....	19 435 500,0	—	19 435 500,0	19 149 660,0
Estado e outros entes públicos.....	178 342 735,7	—	178 342 735,7	68 967 324,7
Outros devedores.....	162 358 989,6	—	162 359 999,9	72 939 337,2
	2 054 807 354,7	2 265 074,0	2 052 542 280,7	1 584 192 813,2
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria.....	—	—	—	23 000 000,0
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	824 371 832,2	—	824 371 832,2	781 180 917,8
Caixa.....	674 490,0	—	674 490,0	1 151 841,0
	825 046 322,2	—	825 046 322,2	782 332 758,6
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimo de proveitos.....	5 624 206,0	—	5 624 206,0	88 123 597,0
Custos diferidos.....	401 611 745,0	—	401 611 745,0	129 218 575,0
	407 235 951,0	—	407 235 851,0	217 342 172,0
Total de amortizações.....		8 605 603 988,3		
Total de provisões.....		2 265 074,0		
Total do activo.....	19 918 712 448,5	8 607 869 062,3	11 310 843 386,2	7 877 474 702,6

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1993	1992
Capital próprio:		
Capital.....	4 600 000 000,00	3 806 128 000,0
Ajustamentos de partes de capital em associadas.....	18 063 443,0	—
Reservas de reavaliação.....	320 664 122,0	761 397 702,0
Reservas:		
Reservas legais.....	174 989 086,7	231 729 638,9
Outras reservas.....	213 278 400,0	32 278 400,0
	5 326 995 051,7	4 831 533 740,9
Resultado líquido do exercício.....	147 852 152,6	191 257 867,8
<i>Total do capital próprio</i>	5 474 847 204,3	5 022 791 608,7
Passivo:		
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito.....	75 497 033,0	319 327 971,0
Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito.....	3 373 569 798,5	742 986 724,7
Fornecedores, c/c.....	757 983 304,0	278 950 158,4
Adiantamentos de clientes.....	6 042 533,8	9 060 000,0
Estado e outros entes públicos.....	71 462 296,8	192 563 269,4
Outros credores.....	1 025 558 334,0	865 304 244,0
	5 234 616 267,10	2 088 864 406,5
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos.....	409 436 494,8	446 490 716,4
Proveitos diferidos.....	116 446 387,0	—
	525 882 881,8	446 490 716,4
<i>Total do passivo</i>	5 835 996 181,9	2 854 683 093,9
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	11 310 843 386,2	7 877 474 702,6

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Director Adjunto do Departamento de Contabilidade, Administrativo e Financeiro, Norberto do Souto.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1993

CUSTOS E PERDAS

	1994		1993	
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias.....		458 896 067,8		234 248 709,9
Fornecimentos e serviços externos.....		3 830 856 268,6		2 872 524 414,9
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	845 809 567,0		717 452 696,0	
Encargos sociais:				
Pensões.....	171 385 000,0		146 812 465,0	
Outros.....	239 532 908,2	1 256 727 475,2	212 060 371,1	1 076 325 532,1
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	2 663 672 413,0		1 983 371 271,0	
Provisões.....	1 307 078,0	2 664 979 491,0	1 510 389,0	1 984 881 660,0
Impostos.....	15 839 261,0		2 290 556,0	
Outros custos e perdas operacionais.....	64 630 678,3	80 469 939,3	32 135 235,8	34 425 791,8
(A).....		8 291 929 241,9		6 202 406 108,7
Juros e custos similares (outros).....		368 633 881,5		183 403 891,8
(C).....		8 660 563 123,4		6 385 810 000,5
Custos e perdas extraordinárias.....		96 483 636,5		29 239 590,6
(E).....		8 757 046 759,9		6 415 049 591,1
Impostos sobre o rendimento.....		160 353 359,0		169 466 899,0
(G).....		8 917 400 118,9		6 584 516 490,1
Resultado líquido do exercício.....		147 852 152,6		191 257 867,8
		9 065 252 271,5		6 775 774 357,9

PROVEITOS E GANHOS

	1994		1993	
Vendas:				
Mercadorias.....	505 694 130,0		293 559 890,0	
Prestação de serviços	8 215 397 872,0	8 721 092 002,0	6 149 822 514,9	6 443 382 404,9
Trabalhos para a própria empresa		24 400 902,0		—
Proveitos suplementares.....	167 764 906,9		48 862 289,0	
Outros proveitos operacionais.....	16 250 300,4	184 015 207,3	118 318 670,0	167 180 959,0
(B)		8 929 508 111,3		6 610 563 363,9
Ganhos em empresas do Grupo e associadas.....	269 410,0		—	
Rendim. de títulos negociáveis e outras aplic. financeiras	8 741 802,7		103 521 153,6	
Outros juros e proveitos similares.....	53 470 829,0	62 482 041,7	18 667 988,2	122 189 959,0
(D)		8 991 990 153,0		6 732 752 505,7
Proveitos e ganhos extraordinários		73 262 118,5		43 021 852,2
(F)		9 065 252 271,5		6 775 774 357,9
Resumo:				
Resultados operacionais (B)-(A) =		637 578 869,4		408 157 255,2
Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =		(306 151 839,8)		(61 214 750,0)
Resultados correntes (D)-(C) =		331 427 029,6		346 942 505,2
Resultados antes de impostos (F)-(E) =		308 205 511,6		360 724 766,8
Resultado líquido do exercício (F)-(G) =		147 852 152,6		191 257 867,8

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Director Adjunto do Departamento de Contabilidade, Administrativo e Financeiro, *Norberto do Souto.*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

1 — A SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., é uma sociedade parabancária que tem como objectivo principal a gestão e dinamização dos sistemas de pagamento no mercado financeiro através da automatização das operações bancárias.

O Banco de Portugal, tendo em conta a actividade específica que esta sociedade exerce, decidiu permitir que a partir de 1 de Janeiro de 1992 a contabilidade desta sociedade passasse a adoptar as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em concordância com os princípios contabilísticos fundamentais, geralmente aceites.

2 — As contas do exercício, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e o respectivo anexo, foram preparados de harmonia com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade, e são comparáveis com as do exercício anterior.

3 — Os critérios valorimétricos adoptados são os estabelecidos no capítulo 5 do POC:

a) *Dívidas de e a terceiros.* — Os saldos em moeda estrangeira estão valorizados ao câmbio médio em vigor à data do balanço, e as diferenças de câmbio apuradas, contabilizadas em resultados do exercício.

b) *Existências.* — As existências encontram-se avaliadas ao preço de aquisição, sendo as saídas valorizadas ao custo médio de *stocks*.

c) *Imobilizado.* — O activo imobilizado está valorizado ao custo de aquisição, tendo o imobilizado corpóreo sido objecto de reavaliação efectuada com base nos Decretos-Lei n.ºs 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pela legislação fiscal, com excepção dos investimentos em investigação e desenvolvimento do inovador projecto designado por porta-moedas multibanco, amortizados em cinco anos.

d) Foi adoptado o método da equivalência patrimonial em cumprimento da directriz contabilística n.º 9, na participação que a SIBS detém

no capital da Telemarm Portugal — Transmissão de Sinais, L.ª, com os seguintes ajustamentos:

Aumento nas contas de investimentos financeiros — 18 333 contos;
Aumento nas contas de capitais próprios — 18 063 contos;
Aumento nos resultados líquidos do exercício — 270 contos.

e) *Provisões para créditos de cobrança duvidosa.* — Está constituída provisão para cobranças duvidosas no montante de 2 265 074\$, de acordo com o disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 34.º do Código do IRC.

4 — Cotações utilizadas para actualização dos saldos em moeda estrangeira:

USD: 176\$480;
DEM: 101\$700;
FRF: 29\$937;
GBP: 261\$235;
ESP: 1\$237;
BEF: 4\$891;
CHF: 119\$163;
NOK: 23\$470;
ECU: 197\$084.

7 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício:
Empregados: 155.

8 — A conta 431 — Despesas de instalação teve um aumento de 2446 contos, com despesas inerentes ao aumento de capital.

A conta 432 — Despesas de investigação e desenvolvimento teve um aumento de 207 710 contos, dos quais 190 794 cts. respeitam ao Projecto Porta Moedas Multibanco e 10 320 ao Projecto Telefone Multibanco.

As diminuições verificadas nestas rubricas são resultantes da anulação das amortizações acumuladas relativas às imobilizações totalmente amortizadas (anexos 1 e 2).

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo bruto e respectivas amortizações:

Activo bruto:

(Em contos)

Rubricas	Saldo inicial	Reaval./ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação.....	38 959	—	2 446	—	(7 619)	33 786

Rubricas	Saldo inicial	Reaval./ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	99 229	—	207 710	—	(34 112)	272 027
Imobilizações em curso.....	59 603	—	—	—	(59 603)	—
Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas.....	—	—	2 725	—	—	2 725
	197 790	—	212 881	—	(102 135)	308 537
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais.....	330 982	—	—	—	—	330 982
Edifícios e outras construções.....	678 134	—	—	—	—	678 134
Equipamento básico.....	9 784 323	—	4 311 061	717 407	5 121	13 383 099
Equipamento de transporte.....	16 931	—	—	—	—	16 931
Ferramentas e utensílios.....	4 073	—	133	—	(41)	4 165
Equipamento administrativo.....	102 802	—	20 730	1 793	(272)	121 467
Outras imobilizações corpóreas.....	70 699	—	89 331	—	—	160 030
Imobilizações em curso.....	52 900	—	714 336	—	—	767 236
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas.....	364 874	—	364 268	—	(188 222)	540 920
	11 405 718	—	5 499 858	719 200	(183 413)	16 002 964
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas.....	—	18 133	12 500	—	—	30 833
Títulos e outras aplicações financeiras.....	209 175	—	—	—	—	209 175
	209 175	18 333	12 500	—	—	240 007
	11 812 683	18 333	5 725 240	719 200	(285 547)	16 551 508

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação.....	25 888	—	11 263	(7 619)	29 532
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	66 527	—	65 237	(34 912)	96 852
	92 415	—	76 500	(42 532)	126 383
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções.....	100 437	—	13 563	—	114 000
Equipamento básico.....	6 356 396	—	2 535 218	(652 478)	8 239 137
Equipamento de transporte.....	6 177	—	4 157	—	10 334
Ferramentas e utensílios.....	2 564	—	615	(8)	3 172
Equipamento administrativo.....	57 191	—	13 898	(1 842)	69 247
Outras imobilizações corpóreas.....	23 610	—	19 722	—	43 332
	6 546 375	—	2 587 172	(654 327)	8 479 220
	6 638 791	—	2 663 672	(696 859)	8 605 604

11 — Foram imputados a investimentos imobiliários em curso, os encargos bancários específicos, no montante de 7309 contos.

12 — Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas:

Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13 — Quadro discriminativo das reavaliações:

Reavaliações:

(Em contos)

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais.....	292 780	38 202	330 982
Edifícios e outras construções.....	275 207	288 926	564 133
Equipamento básico.....	5 051 721	92 241	5 143 962

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Equipamento de transporte	6 598	—	6 598
Ferramentas o utensílios	817	176	993
Equipamento administrativo	50 464	1 757	52 221
Outras imobilizações corpóreas	115 934	764	116 698
	5 793 521	422 066	6 215 587

(a) Liquidou de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

14:

a) Em relação às imobilizações corpóreas há que destacar os caixas automáticos, letreiros publicitários e terminais de pagamento automático, implantados em diversas instituições no país:

Caixas automáticos: 7 918 708 contos;
Letreiros publicitários: 152 983 contos;
Terminais de pagamento automático: 137 114 contos.

b) Encargos financeiros capitalizados relativamente a imobilizações corpóreas e em curso:

Imobilizações corpóreas: 71 087 contos em exercícios anteriores;
Imobilizações em curso: 14 284 contos, dos quais, 7309 no exercício.

16 — Empresas associadas:

Telearm Portugal — Transmissão de Sinais, L.^{da}, Av. Aliança Povo/
Movimento das Forças Armadas (ex. posto clínico da Margueira), Almada:

Fracção de capital detida: 33,33%;
Capitais próprios 1993: 92 499 contos;
Resultado líquido 1993: 808 contos.

23 — As dívidas de cobrança duvidosa são as seguintes:

Clientes de cobrança duvidosa: 2353 contos.

25 — Dívidas activas e passivas do pessoal no final do ano eram as seguintes (em contos):

Dívidas activas	23 590
Dívidas passivas:	
Previsão de férias e subsídio férias	120 697
Previsão de prémio de eficiência	115 083
Outras	2 725
	238 505

40 — Quadro discriminativo dos movimento ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios:

Capitais próprios:

(Em contos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	3 806 128	793 872	—	4 600 000
Ajustamentos de partes de capital:				
Ajustamentos de transição	—	18 063	—	18 063
Reservas de reavaliação	761 398	—	440 734	320 664
Reserva legal	231 730	10 258	66 998	174 989
Reservas livres	—	181 000	—	181 000
Subsídios — Programa STAR	32 278	—	—	32 278
Resultado líquido do exercício	191 258	147 852	191 258	147 852
	5 022 791	1 151 045	698 990	5 474 846

30 — Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela empresa:

(Em contos)

Rubrica	Garantia	Entidade financeira	Valor
Edifícios e outras construções	Hipoteca	CGD	419 441

32 — Responsabilidades por garantias prestadas:

Garantias bancárias: 347 500 contos.

34 — Provisões acumuladas e movimentos ocorridos no exercício (em contos):

Provisões para cobranças duvidosas:

Saldo inicial	2 455
Reduções no exercício	1 497
Aumentos no exercício	1 307
Saldo final	2 265

35 — Conforme escritura em 23 de Dezembro de 1993, o capital social foi alterado de 3 806 128 contos para 4 600 000 contos, por incorporação de reservas de 507 732 contos e 286 140 contos por entrada em dinheiro.

36 — O capital social é dividido em 4 600 000 acções nominativas com o valor de 1000\$ cada, e revestem a forma meramente escritural.

39 — Variação das reservas de reavaliação, ocorrida no exercício (em contos):

Saldo inicial	761 398
Incorporadas no capital	440 734
<i>Saldo final</i>	320 664

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(Em contos)

Custo das mercadorias vendidas e consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais.....	63 981	153
Compras.....	500 747	—
Regularização de existências.....	(25 870)	—
Existências finais.....	79 962	153
Custos no exercício.....	458 896	—

43 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

Conselho fiscal: 2240 contos.

44 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

(Em contos)

	Mercado interno	Total
Venda mercadorias.....	505 694	505 694
Serviços.....	8 215 398	8 215 398
<i>Total</i>	8 721 092	8 721 092

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1993	1992
681 — Juros suportados.....	363 988	180 910
682 — Perdas em empresas associadas.....	—	—
685 — Dif. de câmbio desfavoráveis.....	2 747	442
686 — Desc. de pronto pag. concedidos.....	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	1 399	2 052
Resultados financeiros.....	(306 152)	(61 215)
	62 482	122 189

PROVEITO E GANHOS

	1993	1992
781 — Juros obtidos.....	56 490	121 839
782 — Ganhos em empresas associadas.....	269	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis.....	5 579	252
786 — Desc. de pronto pagam. obtidos.....	144	98
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros.	—	—
Resultados financeiros.....	—	—
	62 482	122 189

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em contos)

	1993	1992
691 — Donativos.....	19 364	10 582
692 — Dívidas incobráveis.....	1 407	—
693 — Perdas em existências.....	—	—

	1993	1992
694 — Perdas em imobilizações.....	40 083	606
695 — Multas e penalidades.....	60	1 202
696 — Aumento de amortizações e de provisões.	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores.	34 715	5 587
698 — Outros custos e perdas extraordinários.	853	11 263
Resultados extraordinários.....	(23 222)	13 782
	73 262	43 022

PROVEITO E GANHOS

	1993	1992
791 — Restituição de impostos.....	—	—
792 — Recuperação de dívidas.....	—	—
793 — Ganhos em existências.....	—	—
794 — Ganhos em imobilizações.....	19 055	913
795 — Benefícios de penalidades contratuais.	—	—
796 — Redução de amortizações e de provisões.	5 523	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores.	17 389	39 854
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários.	31 296	2 255
	73 262	43 022

Nota. — Os pontos 5, 6, 9, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 37, 38, 42, 47 e 48 não são aplicáveis.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Director Adjunto do Departamento de Contabilidade, Administrativo e Financeiro, *Norberto do Souto.*

Certificação legal de contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1993, a demonstração de resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração de resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 11 310 843 contos e um total de capital próprio de 5 474 847 contos, incluindo um resultado líquido de 147 852 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., em 31 de Dezembro de 1993, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

7.1 — A participação financeira na Tele Larm Portugal — Transmissão de Sinais, L.ª, inicialmente valorizada ao preço da aquisição, foi ajustada para o valor patrimonial expresso na sua situação líquida, tendo resultado uma variação positiva de 18 333 contos.

Lisboa, 7 de Março de 1994. — Moisés Cardoso & Castelo Saraiva — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Moisés da Silva Cardoso*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Para cumprimento da lei e dos estatutos, vimos apresentar relatório da nossa actividade e emitir parecer sobre o relatório e contas apresentados pelo conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., referente ao ano económico findo em 31 de Dezembro de 1993.

Durante o exercício, procedemos ao exame da sua contabilidade e efectuámos verificações dos seus elementos patrimoniais.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pelo conselho de administração, designadamente o relatório, o balanço, a demonstração de resultados e o respectivo anexo.

Apreciámos ainda a certificação legal de contas, emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas, com a qual concordamos e que deverá considerar-se parte integrante deste relatório.

Para realização do nosso trabalho, recebemos da administração, da direcção e dos serviços a necessária colaboração e foram-nos prestados os esclarecimentos solicitados.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o relatório do conselho de administração é suficientemente esclarecedor da actividade da empresa e que o balanço, a demonstração de resultados e o respectivo anexo satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Relativamente a critérios valorimétricos adoptados, pudemos verificar que:

1) As existências encontram-se avaliadas ao preço de aquisição, sendo as saídas valorizadas ao custo médio;

2) De modo consistente com o exercício anterior, foram calculadas amortizações sobre o activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, de acordo com as taxas máximas das Portarias n.ºs 737/81 e 85/88 e Decreto Regulamentar n.º 2/90. Exceptua-se o incorpóreo constituído nesse exercício pelas despesas de investigação e desenvolvimento inerentes ao projecto Porta Moedas Multibanco que foi amortizado pela taxa mínima;

3) Os créditos considerados de cobrança duvidosa encontram-se cobertos por provisões;

4) Foi imputado ao exercício o valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais, no montante de 120 697 contos, que constitui despesa a processar e a pagar em 1994;

5) Foram imputados a investimentos em curso os encargos bancários de financiamentos específicos, no montante de 7309 contos.

Com base nas verificações e conclusões referidas, somos de parecer que:

a) Sejam aprovados o relatório e as contas apresentados pelo conselho de administração;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 7 de Março de 1994. — O Conselho Fiscal: *Sérgio Augusto Sawaya*, presidente — *Rui Manuel Silva Gomes do Amaral* — Moisés Cardoso e Castelo Saraiva — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Moisés da Silva Cardoso*.

Acta n.º 30 da assembleia geral

Aos 29 dias de Março de 1994, pelas 10 horas, na sede da sociedade, os accionistas da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., na sequência da convocatória enviada por registo nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e ao abrigo do artigo 12.º e do n.º 1 do artigo 13.º dos Estatutos e com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Apreciação e deliberação sobre o relatório do conselho de administração, perecer do conselho fiscal e contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1993;

2) Apreciação e deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;

3) Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Verificando estarem reunidas todas as condições e preenchidos todos os preceitos legais e regulamentares o Dr. Carlos Ferreira de Almeida deu por aberta a sessão dando a palavra ao Dr. Alexandre Sobral Torres que, saudando os accionistas, passou a apresentar sucintamente o relatório e contas, relativo ao exercício de 1993, tendo depois sublinhado os principais aspectos dos diversos domínios da actividade, quer dos caixas automáticos e terminais de pagamento automático, quer das transferências electrónicas e telecompensação, quer do projecto de lançamento do Porta Moedas Multibanco.

Referiu ainda que, conforme previsto, se concentrou no exercício de 1993 um volume de investimentos particularmente vultoso que tiveram por finalidade essencial adequar a capacidade instalada às necessidades decorrentes do crescimento da actividade.

Focou os investimentos realizados com a aquisição de CAs, a instalação do novo CPU e discos adicionais e controladores de comunicações, o que permitiu enfrentar o enorme crescimento do número de transacções tratadas no sistema. Por outro lado, os decorrentes do projecto Porta Moedas Multibanco e realizado no parque de produção de cartões bancários, que permitiu melhorar, diversificar e aumentar a respectiva capacidade, indo ao encontro das necessidades indicadas pelos bancos clientes.

Nesta sequência, o Dr. Sobral Torres afirmou que tais investimentos não puderam ser cobertos apenas pelas receitas correntes do exercício nem foram suficientes os aumentos de capital que têm sido realizados, tendo havido assim necessidade de maior recurso a crédito, aumentando o peso dos capitais alheios de 36% para 52%.

No domínio dos proveitos, sublinhou que continuaram a ter peso dominante os oriundos do serviço CA e que, no tocante ao sistema de pagamento automático, o crescimento das recitas foi significativo. Por outro lado, os custos registados acompanharam menos que proporcionalmente o crescimento da actividade mas, mesmo assim, experimentaram um crescimento ligeiramente superior aos proveitos, sobretudo na rubrica de fornecimentos e serviços externos que incluem, em particular, os custos de comunicações e de manutenção, quer do parque de CAs quer dos equipamentos e *software* centrais.

Referiu, depois, que a contribuição para o Fundo de Pensões SIBS, durante o exercício de 1993, foi de 171 000 contos correspondente a 24,7% da folha de salários de 31 de Dezembro de 1993, sendo 21,3% para as responsabilidades com serviços futuros e 3,4% para amortização das responsabilidades com serviços passados não amortizados e referentes aos activos no final de 1993 e que no domínio das amortizações o crescimento verificado foi de 34% tendo-se utilizado as taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, as quais não diferem da vida útil estimada dos activos.

A seguir o Dr. Sobral Torres apresentou a proposta de aplicação de resultados. O resultado bruto do exercício foi de 308 205 511\$60, o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas será de 160 353 359\$, do que resulta o lucro líquido do exercício de 147 852 152\$60. Atenta a especificidade da empresa e os objectivos que lhes estão subjacentes, propôs sejam transferidas para reserva legal a importância de 7 392 608\$ e o remanescente de 140 459 544\$60 para reservas livres.

Depois relembrou que durante o exercício se tornou accionista da SIBS o Banque Nationale de Paris e se procedeu a um aumento de capital social para 4 600 000 000 contos, por incorporação de reservas e por entrada em dinheiro, tendo-se realizado a respectiva escritura pública em 23 de Dezembro de 1993.

Por último, o Dr. Sobral Torres realçou que, por razões de ordem institucional o Dr. José Eduardo Lopes Palema apresentou a renúncia ao cargo de administrador da SIBS, cargo que desempenhou ao longo de vários anos e cuja valiosa contribuição para o desenvolvimento dos negócios da sociedade é conhecida.

Agradeceu aos conselhos de administração dos bancos accionistas e clientes toda a colaboração prestada ao longo do exercício, bem como a disponibilidade dos seus quadros técnicos para o acompanhamento das actividades desenvolvidas.

Ao conselho fiscal apresentou os agradecimentos pela forma qualificada e empenhada como acompanhou o desenrolar das actividades da empresa.

Da direcção, dos quadros e demais pessoal realçou o elevado grau de desempenho, de eficiência e dedicação como souberam desenvolver as acções levadas a cabo no âmbito da empresa.

Terminada a apresentação do Dr. Sobral Torres, o presidente da mesa, verificando que não havia pedidos de esclarecimento ou de intervenção dos accionistas e tendo presente que toda a documentação tinha sido oportunamente distribuída, passou à fase de votação sucessiva dos pontos da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados por unanimidade, o relatório do conselho de administração, o parecer do conselho fiscal, as contas relativas ao exercício de 1993 e a proposta de aplicação de resultados.

A seguir passou-se ao ponto 3 da ordem de trabalhos, apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo o Dr. Christopher Beck, representante do BCP, submetido à apreciação da assembleia uma proposta de manifestação de confiança no conselho de administração e no conselho fiscal, pelo modo como foi administrada e fiscalizada a sociedade.

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar o presidente da assembleia geral deu por encerrados os trabalhos.

a) Dr. Carlos Ferreira de Almeida.

b) Dr. Christopher Beck.

(Sem assinaturas.)

3000210910

II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750